

O LUGAR NO HABITAR CONVENTUAL OU A FORTUNA DOS CONVENTOS: RAMOS FRANCISCANOS NA CIDADE DO PORTO E DESTINO APÓS A EXTINÇÃO*

MARIA JOSÉ CASANOVA**

Resumo: *Focando o caso dos conventos que na cidade do Porto representavam os diferentes ramos do universo franciscano, e das apropriações, usos e acções de transformação de que foram objecto após a extinção das ordens religiosas, pretende-se sublinhar a relação estabelecida entre os desígnios fundacionais que orientaram a localização de cada casa e o destino das estruturas conventuais desamortizadas. Tecendo laços que ligam ordem religiosa, opções de vida e variantes dos programas espirituais dos diversos ramos; e, ainda, lugar ocupado pelas diversas casas na estrutura da morfologia urbana e apropriações e reuso(s) dos antigos conventos, interpreta-se o significado do enquadramento urbano em épocas distintas — antes e após a extinção —, e reflecte-se sobre o impacto da secularização na transformação da cidade, evidenciando o papel do «sítio» de implantação destes cenóbios como lugar de significantes diversos, também, 'per se', factor histórico e patrimonial.*

Palavras-chave: *cidade do Porto; conventos franciscanos; localização; extinção das ordens religiosas; apropriação e transformação urbana.*

Abstract: *Focusing on the case of the convents that represented the different branches of the Franciscan universe in the city and the different appropriations, uses and transformative actions that they were subjected to after the extinction of religious orders, it is intended to underline the relation established between the foundational purposes that guided the location of each house and the fate of the disentailed convent structures. Crossing and weaving ties that link religious order, life options and variants of the spiritual programs of the various branches; with the place occupied by the various houses in the structure of urban morphology and appropriations and reuses of the old convents; the meaning of the urban context at different times is interpreted — before and after extinction —, and the impact of secularization on the transformation of the city is discussed, highlighting the role of the convent's implantation site as a place of different signifiers, as well as a historical and patrimonial factor in itself.*

Keywords: *Porto city; Franciscan convents; location; extinction of religious orders; appropriation and urban transformation.*

INTRODUÇÃO

Nas cidades portuguesas, o património arquitectónico dos conventos desamortizados será apropriado e utilizado por diversas instituições do novo Regime Liberal. Paralelamente, o desmembramento das cercas facilitará desígnios projectados para

* Artigo escrito segundo a ortografia prévia ao Acordo Ortográfico de 1990.

** Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo.

o desenvolvimento da(s) estrutura(s) urbana(s), permitindo traçados que valorizam a linha recta, a circulação e higiene ou a concretização de ideais de desenvolvimento e progresso. Integrados, pelo decreto de 30 de Maio de 1834, nos Bens Nacionais, alguns serão vendidos em hasta pública, acolhendo instituições privadas e instalações fabris ou, demolidos e parcelados, darão origem a novos conjuntos residenciais.

Marcada pela implantação dos conventos e mosteiros que entre os séculos XIII e XVIII se instalaram na cidade e seus arredores, na cidade do Porto, burgo episcopal de vocação burguesa, são ainda visíveis as consequências arquitectónicas e urbanísticas da presença, e posterior extinção, das ordens religiosas. Na história dos conventos do Porto podemos reconhecer factores com carácter vincadamente indutor do destino futuro após a exclaustração: *A localização e valor de posição* dentro da estrutura urbana e o *estado de conservação* em que se encontravam no(s) momento(s) de decisão face ao porvir. O *estado de conservação* destes conjuntos conventuais foi fortemente afectado pela escolha da cidade como sede do exército liberal e pelo cerco de que foi alvo durante a Guerra Civil de 1832-1834 — com o abandono de cenóbios, ocupações militares, destruição e ruína de parte do seu património. Por seu lado, a *localização* das casas religiosas dentro da ordem urbana parece evidenciar que o programa ideológico-espiritual das diversas ordens terá desempenhado um papel fundamental na escolha dos lugares de implantação das respectivas casas. Simultaneamente, a escassa representação construída da nobreza no espaço urbano (impedida de aí residir até ao século XVI), terá também possibilitado que os conventos ocupassem lugares-chave da estrutura morfológica da cidade. A conjugação destes factores revelar-se-á determinante no papel desempenhado por conventos e mosteiros na estruturação e desenvolvimento urbanos ao longo dos séculos, mas também (e sobretudo) no destino de que serão alvo após a extinção. Assim, é objectivo desta reflexão realçar o papel da *posição urbana* como indutor (privilegiado) do destino final das estruturas conventuais¹.

Importa olhar o conjunto das ordens religiosas estabelecidas na cidade como um *sistema urbano*, actuante em vários tempos. Assim, num primeiro momento, expõe-se a interligação entre a família franciscana e o espaço da cidade, indagando o que orientou o estabelecimento de uma geografia específica. De seguida, observa-se o momento da extinção e o(s) tempo(s) da(s) apropriações, procurando identificar o que ‘a cidade quer ser’ e o que as circunstâncias permitem, considerando ideais político-sociais e ideias urbanísticas. Neste processo, considera-se essencial olhar a cidade e a relação da cidade com os seus conventos como *fontes primárias*: a cidade — nas características dos seus elementos morfológicos (como, por exemplo,

¹ O estudo sobre as ordens da família franciscana decorre da investigação anteriormente desenvolvida sobre o impacto urbano da desamortização na cidade do Porto, *vd.* CASANOVA, 2016.

do sítio, da topografia, da forma, da configuração, dos limites, dos ‘nós’ urbanos e edifícios de excepção) — e os conventos — no modo como se inscrevem no espaço urbano e se relacionam com os múltiplos elementos morfológicos, visíveis ainda hoje ou reconstituídos pela história e pela memória. Cruza-se, portanto, história urbana, da cidade do Porto, e história das ordens religiosas, da Ordem de São Francisco e seus ramos². A análise morfológica e a morfologia urbana constituem instrumentos que apoiam a investigação³. Naturalmente, numa reflexão de síntese, estes aspectos não podem ser amplamente desenvolvidos, sendo, por isso, apenas brevemente apontados.

1. A CIDADE DO PORTO

Observando a iconografia da cidade Porto na passagem do século XVIII para o século XIX, nomeadamente a gravura de Teodoro de Sousa Maldonado de 1789⁴, e a planta de George Balck de 1813⁵, podemos confirmar a presença incontornável dos edifícios conventuais que marcam o perfil e a imagem da cidade.

Situada na margem direita do rio Douro, próximo da sua foz, a imagem da cidade do Porto sempre esteve ligada à maneira como, entendida como construção arquitectónica, soube tirar partido da situação geográfica, com sensibilidade à forma e topografia do lugar onde se implanta. É incontornável referir a relação com os grandes factos físicos, a convergência entre o lugar inexpugnável que facilita a defesa e, simultaneamente, a abertura à possibilidade de comércio; o ponto de cruzamento de caminhos entre vias terrestre, fluvial e marítima. O relevo da cidade é desenhado por dois morros cortados pelos vales das linhas de água que desaguardam no Douro, o rio de Vila e o rio Frio. Assinalado pela presença da Sé, no morro de Pena Ventosa, reconhecemos o burgo episcopal, outrora envolvido pela sua cerca. Junto às margens do Douro, na zona ribeirinha onde se consolidaram ao longo de séculos antigos assentamentos, observamos por sua vez múltiplas actividades fluviais e portuárias.

² As transformações da cidade neste período foram já analisadas em diversos trabalhos. Destas investigações, seleccionamos factos e notícias relevantes para a construção da nossa perspectiva. Salientamos os realizados por REIS, 1999 [1865]; OLIVEIRA, 1973; REAL, TAVARES, 1987; NONELL, TAVARES, 1994; RAMOS, *dir.*, 1994; NONELL, 2002; ALVES, 2010.

Como referência na história das ordens religiosas salientamos: AZEVEDO, *dir.*, 2000; SOUSA, *dir.*, 2005; FRANCO, *dir.*, 2010.

³ Os estudos de morfologia urbana procuram conhecer a cidade a partir da correlação entre construído, espaço livre e topografia. A diferente valorização dos aspectos que constroem as características formais do espaço deu origem a abordagens da forma urbana com metodologias de análise e pressupostos teóricos distintos. Cf. MERLIN, *ed.*, 1988. Para o trabalho de análise foi ainda essencial a elaboração de novos materiais cartográficos de síntese: ‘textos gráficos’ que permitem visualizar a leitura sobreposta de fontes históricas, elementos morfológicos e tempos sucessivos, orientando a interpretação da transformação urbana. *Vd.* CASANOVA, 2016; vol. II.

⁴ Gravura *C.de do Porto*, de 1789, integrava a *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto* (COSTA, 2001 [1789]). Existe uma reprodução no AHMP: D/PIN-b-30. MALDONADO, 1789.

⁵ Planta mais antiga da cidade do Porto, conhecida por «Planta Redonda», desenhada por George Balck em 1813, integra legenda com os principais edifícios e ruas da cidade. Documento acessível no AHMP.

Reconhecemos o traçado e os vestígios da cerca medieval: o crescimento urbano e a necessidade de protecção justificariam a construção de uma nova muralha — a cerca gótica (ou fernandina) que, construída no século XIV, cingiria a cidade «intramuros», realçando as portas e os caminhos que nelas convergem como lugares estratégicos e elementos morfológicos essenciais. E identificamos os diferentes arrabaldes extramuros: o lugar de Miragaia, a ocidente, e os planaltos superiores, a nascente e a poente. Nestes planaltos confluem caminhos articulados com as antigas portas da muralha, ligando a cidade ao seu *interland*. Lugares em tensão, lado a lado do vale que se estende subindo para norte.

1.1. Os conventos franciscanos na cidade

Primeira ordem religiosa a chegar à cidade do Porto, a Ordem de São Francisco foi também a última a aí estabelecer casa. Foram cinco os conventos pertencentes ao ‘universo franciscano’ que aí se estabeleceram, pontuando o espaço urbano com as estruturas de diferentes ramos de uma diversificada e complexa família religiosa: São Francisco do Porto (1233/1244); Santa Clara (1416); Madre de Deus de Monchique (1533/1535); Santo António do Vale da Piedade (1569) e Santo António da Cidade (1778-1790)⁶.

São amplamente conhecidos os princípios e propósitos que orientam o movimento iniciado por Francisco de Assis no começo do século XIII, pilar fundamental do movimento *mendicante*, nova forma de *vida religiosa regular*. Tendo como princípio a prática da pobreza colectiva, estas ordens enraízam a sua acção na mobilidade, abandonando o princípio de estabilidade das ordens monásticas. Uma nova forma de vida religiosa caracterizada pela *vida activa* e pelo exercício de um novo *sentido pastoral*: objectivos que levaram a procurar as cidades como espaço de acção e lugar privilegiado de apostolado, moradia e sustento material.

Sabemos como o estudo da implantação destas comunidades foi considerado factor revelador do fenómeno urbano medieval, nomeadamente em França⁷. Sabemos das condições de precariedade dos habitáculos das primeiras comunidades e dos lugares que privilegiavam para estabelecimento⁸ — caracterizando-se pela aproximação aos locais populosos, instalando-se geralmente no exterior das muralhas, relacionados com a teia de estradas e caminhos e preferencialmente próximo de um acesso importante, de uma porta, de terrenos agricultáveis, de rios e de portos. É conhecida também a capacidade deste movimento para interpretar as ânsias e espírito do tempo, a adesão de vários estratos sociais, atraindo fiéis e donativos que

⁶ Recorreu-se a informação sistematizada em JORGE *et al.*, coord., 2000; SOUSA, *dir.*, 2005; FRANCO, *dir.*, 2010.

⁷ LE GOFF, 1968: 338.

⁸ LE GOFF, 1970: 924-946.

conduziram à necessidade de afirmação construída no espaço urbano; assim como a atracção pelos lugares centrais ou potencialmente centrais de burgos e cidades⁹.

1.2. O [Real] Convento de São Francisco do Porto

*e em fim fizemos este convento onde sempre o intentamos fazer*¹⁰.

Integrando a primeira fase do movimento de aproximação das ordens mendicantes aos núcleos urbanos, a comunidade dos Frades Menores é a primeira, como referimos, a pretender instalar-se na proximidade do burgo episcopal, no início do século XIII. Na chegada a Portugal, tal como noutros locais, encontraram dificuldades na obtenção de licenças para a fundação dos seus conventos, criadas por clérigos e entidades episcopais¹¹. No Porto, após intervenção definitiva de Inocêncio IV, acabaram por se instalar, em 1244, próximo do local que lhes fora inicialmente cedido em 1233, no sítio da Redondela: localizados fora do couto do bispo e do couto da Colegiada de Cedofeita, implantaram-se no espaço entre eles¹², junto de uma entrada da cidade, adjacente a antigos caminhos e à estrada que vinda de sul se dirigia para Braga, na proximidade da zona ribeirinha e portuária, local de vida comercial activa. Esta *localização* privilegia a relação com o acesso à cidade a partir do rio Douro e a proximidade de um núcleo populoso. Por outro lado, a *implantação* revela a preocupação de situar o terreiro exterior num espaço sobreelevado, exposto e visível para quem chegava à cidade e que simultaneamente se impunha como referente junto da população.

Após a construção da muralha gótica, passaram a estar incluídos no novo núcleo urbano muralhado, ocupando uma extensa área e uma posição urbana estratégica. Em conjunto com o Convento de São Domingos, cuja a cerca lhes era adjacente, ocuparão o centro geométrico do espaço urbano, assumindo também uma posição central na vida cidadina. Com um perímetro e extensão muito superior à dimensão urbana do momento, a construção da muralha fernandina veio aprisionar no seu interior a posição desses primeiros conventos mendicantes, fazendo coincidir a 'atracção pelo centro' com a real 'ocupação do centro', tornando-os lugares fulcrais do novo espaço urbano: com São Domingos integram os primeiros 'nós', nos quais se apoiaria a estrutura posterior da cidade¹³. São Francisco destaca-se como lugar de entrada, fazendo emergir na imagem da cidade a fachada da sua igreja como primeiro ponto

⁹ Sobre formas e medidas de repartição do espaço urbano, cf. GUIDONI, 1989 e LE GOFF, 1980: 183-340.

¹⁰ ESPERANÇA, 1656: 405.

¹¹ ESPERANÇA, 1656: 61.

¹² RAMOS, *dir.*, 1994: 166.

¹³ AFONSO, 2008: 65.

de referência, antepondo-a ao perfil da Sé e do burgo episcopal, vislumbrada assim, para quem chegava pelo rio, como construção referencial e elemento morfológico de atracção, apesar de situada na cota baixa da cidade. Inscrito como elemento estratégico na afirmação do poder régio no Porto, o convento assume-se enquanto vértice na geometria (triangular) com que D. João I desenha a sua presença na cidade: o traçado da Rua Nova, a Judiaria no morro da Vitória e o Convento de Santa Clara, elementos urbanos promovidos por este monarca, ‘capturando’ no seu interior o símbolo do poder episcopal. Adjacente ao Convento de São Francisco, a Rua Nova anunciava, com o prolongamento visual do seu traçado, a ligação simbólica entre São Francisco e Santa Clara. Artéria moderna, configurar-se-ia como rua de características excepcionais, diferenciando-se numa malha envolvente de ‘ruas, ruelas e becos.’ *Facto urbano* de excepção veio a tornar-se no principal centro de negócios da cidade, abrigando actividades comerciais e financeiras. O incremento excepcional destas actividades exigiria, no século XIX, a reordenação urbanística da zona ribeirinha, facto que, como veremos, funcionou como factor de pressão para a alteração dos espaços conventuais adjacentes.

1.3. Os conventos da estreita observância: Santo António do Vale da Piedade e Santo António da Cidade

São conhecidas as controvérsias que, no interior da Ordem que seguia a Regra ‘bulada’ pelo papa Honório III em 1223, conduziram a numerosas divisões, levando à separação entre *Conventuais* e *Observantes*¹⁴. São conhecidas as duas vertentes da prática de Francisco: a sua vontade de *vida activa* junto dos problemas do *mundo*, que o conduz à cidade; e o seu desejo de *contemplação*, vivenciada pela identificação com a Paixão de Cristo ou pela procura da *natureza*. Aspectos que mais tarde conduzirão à procura do(s) lugar(es) ermos por comunidades que pretendem vivenciar mais profundamente esta dimensão da Regra. Mas sabemos que a via observante não persistiu nos seus princípios, dando origem a novas tentativas de reforma. Surgiram assim, a partir do século XVI, novos ramos do complexo universo franciscano, entre os quais se destaca o movimento *capucho*. Conhecemos igualmente da inscrição da dimensão evangelizadora do ideal franciscano nos princípios defendidos pelo Concílio de Trento; sabemos, por isso, da (re)aproximação aos lugares mais povoados e, na preferência pela instalação em lugares periféricos, reconhecemos a escolha de conjugação do ideal de retiro e contemplação com as circunstâncias de uma vida activa e de pregação.

¹⁴ ESPERANÇA, 1656: 18.

Em Portugal diferentes «reformações entraram no reino»¹⁵, dando origem, ao longo dos séculos, a uma complexidade de Custódias e Províncias ou criação de novas tendências¹⁶. Com carismas, estatutos, hábitos e modos de vida próprios destacam-se, na via da estreita observância, a Província da Piedade e a Província de Santo António, integrando o movimento capucho. A observação das diferenças leva a reconhecer no enquadramento do espaço envolvente das casas da Província da Piedade uma religiosidade específica, uma dimensão de recolhimento e meditação manifesta nos aspectos físicos e morfológicos dos lugares, no desenho de pomares, na(s) representações do horto e do jardim, no simbolismo *seráfico* das flores e da água, ou ainda no traçado da cerca conventual, a qual, apelando ao segredo pela construção de miradouros e pátios sobreelevados parece revelar uma «subtil intenção» de quebrar uma barreira inexpugnável «quase permitindo ver sem ser visto»¹⁷.

Alguns indícios destas características podem (ainda hoje) ser reconhecidas em estruturas remanescentes do extinto Convento de Santo António do Vale da Piedade, nomeadamente em vestígios e presenças da antiga cerca, ainda que (muito) alterada. Originariamente pertencente à Província da Piedade (incorporou depois a Província da Soledade), o convento desenvolver-se-ia no espaço configurado por uma depressão natural, dispendo os diversos 'lugares' da cerca desenhados em socalcos, transfigurando o lugar que até aí se designara «Val de Amores» no «místico Val de Piedade»¹⁸. Fundado na segunda metade do século XVI, em 1569, também este convento integrou o movimento de aproximação às populações, estabelecendo-se num lugar que possibilitava conciliar *vida contemplativa* e *vida activa*. Localizado num ponto de curva e estreitamento do rio Douro¹⁹, a posição do novo convento revela-se estratégica, configurando com o Convento da Madre de Deus de Monchique, situado na margem oposta, uma «porta» fluvial de entrada na cidade. Actuando como ponto(s) de referência, servindo de orientação à navegação das embarcações que se dirigem à cidade, a vista privilegiada que obtém do rio e da entrada na foz possibilitar-lhe-ia, por outro lado, controlar o(s) movimento(s) de passagem para o Porto. As condições desta *posição* serão decisivas no destino do convento, determinando a envolvimento deste nos momentos de conflito e assédio à cidade (1832-33), com consequências no destino posterior.

Entretanto, sabemos também da multiplicação e divisão de províncias no interior do movimento capucho, no qual se integra a Real Província da Conceição. Instituída em Portugal já no início do século XVIII, teve como casa capitular, a partir de 1790,

¹⁵ ESPERANÇA, 1656: 22.

¹⁶ ESPERANÇA, 1656: 15-23.

¹⁷ XAVIER, 2004: 50-70.

¹⁸ MONFORTE, 1751: 452.

¹⁹ Sobre aspectos da localização do convento, cf. MONFORTE, 1751: 451-452.

o Convento de Santo António da Cidade (do Porto). Inicialmente estas comunidades estabelecer-se-iam nas cidades como *hospícios*, apoiadas pelas edilidades locais e a ajuda de nobres ou burgueses; porém, o apoio régio possibilitou a rápida expansão da nova Província²⁰ e a construção de novas estruturas edificadas. Constituída numa altura em que o ideal iluminista colocara sob discussão a *utilidade* das ordens religiosas e os ideais liberais previam a sua extinção, as estruturas da Província da Conceição integrariam o esforço de afirmação das ordens religiosas, verificando-se²¹, não só ao nível planimétrico, funcional, mas também na dinamização de fachadas, diferenças que permitem distinguir esta Província no interior do designado ‘modo capucho’. O estudo de Ana Figueiredo sobre os conventos da Província da Conceição permitiu reconhecer nas características arquitectónicas das estruturas conventuais uma «eminência catequética»²². Por outro lado, como observa, no momento de escolha do local, a necessidade de retiro e reflexão, sempre presente, levaria cada comunidade a privilegiar «uma zona ampla, onde fosse possível estabelecer um *deserto*»²³. Porém, a evolução histórica, e da Ordem, levaria estas vias mais rigorosas a uma aproximação da população, «passando a surgir, especialmente a partir do século XVII, [...] na periferia das povoações, muitas vezes absorvidas por elas na sua natural expansão urbanística»²⁴.

Após autorização da rainha D. Maria I para fundarem um *Hospício Regular*, a comunidade religiosa da Província da Conceição instala-se, em 1780²⁵, na cidade do Porto, no exterior da muralha, no local onde adquirira uma capela e casas²⁶: situado no planalto nascente, no limite da área urbana, junto do caminho de acesso que ligava a cidade com o território oriental, na cota alta, num plano fronteiro a um espaço largo, o campo e feira de São Lázaro. Lugar periférico que, por ser *ermo*, e ao mesmo tempo de fácil acesso, acolhera outrora um lazareto: era, portanto, um local adequado ao programa ideológico capucho. A aquisição de novos terrenos, em 1781, possibilitou a ampliação do já designado, em 1784, como «Convento» de Santo António da Cidade²⁷. O investimento arquitectónico no novo edifício²⁸ comprova também a condição urbana que lhe era subjacente: uma posição periférica, mas reconhecida-mente estratégica, capaz de trazer novos sentidos a lugares até aí isolados. Adjacente a um dos caminhos fundamentais no acesso à cidade e integrando a urbanização já

²⁰ FIGUEIREDO, 2008: 371-372.

²¹ Cf. FIGUEIREDO, 2008: 375-376.

²² FIGUEIREDO, 2008: 377.

²³ FIGUEIREDO, 2008: 378

²⁴ FIGUEIREDO, 2008: 378-379.

²⁵ MEIRELES, 1992: 13-17.

²⁶ MEIRELES, 1992: 13.

²⁷ MEIRELES, 1992: 14.

²⁸ FIGUEIREDO, 2008: introdução [s.p.].

iniciada extramuros, a expansão urbana posterior confirmará o lugar escolhido, uma vez mais, como ponto de convergência entre cidade religiosa e cidade civil.

1.4. Os conventos femininos: o [Real] Convento de Santa Clara e o Convento da Madre de Deus de Monchique

*Que as freyras morem co[n]tinuadamente encerradas em ho moesteyro*²⁹.

Nos estabelecimentos do ramo feminino desta ordem, constituído pelas comunidades seguidoras de Santa Clara orientadas pela(s) sua(s) própria(s) *regra(s)* e *constituições*, está implícito a especificidade de serem femininos, ou de *donas*. Ou seja, ainda que ‘mendicantes’ mantêm uma vida no interior do convento, sem vida activa entre a sociedade. No caso das Clarissas, a Regra é clara em relação «à necessidade de rodear as religiosas do isolamento considerado indispensável à pureza dos espíritos»³⁰. Elegem-se os sítios defendidos pela sua própria posição e topografia ou pelo seu enquadramento e contexto, lugares que permitem simultaneamente afirmar a presença urbana do mosteiro e potenciar o afastamento e isolamento das religiosas³¹, facultando-lhes, ao mesmo tempo, a distensão, ainda que breve, do olhar. Estas características parecem estar presentes, se bem com dimensões e aspectos diferenciados, em todos os conventos femininos da cidade do Porto. Ora distantes e inacessíveis pela localização, em ‘dobras’ ou fendas ‘estriadas’ da paisagem, ora fechados e encerrados pela linha da muralha, mas possuindo simultaneamente pontos de cota alta para a instalação dos seus mirantes. Entretanto, para as Clarissas estabelecidas em Portugal até ao Concílio de Trento, foi possível identificar condições de implantação³²: predominantemente dentro de muralhas ou, quando fora destas, próximo de paços nobres ou conventos (de frades menores); topograficamente são eleitos os lugares altos ou junto à margem dos rios. Assim, o [Real] Convento de Santa Clara e o Convento da Madre de Deus de Monchique.

O Convento de Santa Clara foi o segundo convento franciscano fundado no Porto, em 1416, por acção de D. João I, para aí se instalarem ao abrigo mais seguro da cidade as freiras vindas do antigo Convento de Entre Ambos os Rios. Integra os conventos que se estabeleceram na cidade no século XV e encontra

²⁹ [REGRA DE SANTA CLARA], século XIII. Em Portugal, a maioria dos conventos de Clarissas professava a Regra de Urbano IV (Regra Segunda). De acordo com o levantamento de frei Apolinário da Conceição, realizado em 1739, também o Convento de Santa Clara do Porto não integrava o conjunto das poucas comunidades que seguiam a Regra de Santa Clara (Primeira Regra), cf. FRANCO, *dir.*, 2010: 364. Sobre as diferenças entre as regras ver *Introdução geral aos escritos de Santa Clara*, [s.d.].

³⁰ FERNANDES, 1989: 144.

³¹ Sobre aspectos da edificação de barreiras à quebra da clausura, *vd.* FERNANDES, 1989: 152-157.

³² DUARTE, 2006: 185.

no lugar dos *Carvalhos do Monte*³³ o local adequado ao recolhimento: ponto alto que se desenvolvia anexo à muralha numa das zonas de cota mais elevada do seu perímetro e próximo da Porta de Santo António da Pena. Lugar isolado e de difícil acesso, a nascente da Sé, morfológica e topograficamente defendido de olhares ‘indiscretos’, capaz de dar resposta às necessidades de clausura feminina. Assente sobre a escarpa sobranceira ao rio «tem nele [...] dois mirantes que servem para alívio e recreação das religiosas [...] pelo grande golpe de vista de que gozam do rio Douro»³⁴. A localização parece reforçar os votos de renúncia ao contacto com o mundo exterior. Sem construções na área envolvente o convento impunha-se na paisagem, pontuando o limite nascente da cidade muralhada. Entretanto, o terreiro de Santa Clara, área exterior ao recinto conventual, mediado pela ermida que o protegia do caminho adjacente, teceria um novo elo de ligação com o tecido urbano que, entretanto, se ordenava.

Cerca de um século depois, fundou-se, em 1535, o Convento de Madre de Deus de Monchique, novo convento de religiosas franciscanas, observantes da Regra de Santa Clara: situado fora de muralhas, em local isolado e distante, onde tinha estado instalada uma antiga judiaria, ocupará os paços dos Coutinhos de Monchique, adaptados a casa conventual. Pontuando o limite urbano a ocidente³⁵ também este convento se impunha na paisagem, ligado com o rio e acesso à cidade, configurando com o Convento do Vale da Piedade a «porta» fluvial já mencionada. A proximidade do Douro seria determinante para a vida e sobrevivência económica da comunidade. Com efeito, com o aumento do comércio e a ampliação dos cais fluviais para ocidente, no século XVIII, esta localização revelar-se-ia, também sob este ponto de vista, estratégica, permitindo-lhes o arrendamento quer dos armazéns que tinham em construção, em 1767, à Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro³⁶, quer ainda de parte do «armazém grande» à Alfândega do Porto. Com a construção da Rua do Cais Novo (1779) o *valor de posição* do convento adquiriria novo protagonismo, assim se confirmando a localização e enquadramento do convento como factores de indução do destino futuro.

Em síntese, vimos que a observação da implantação dos diferentes ramos franciscanos estabelecidos na cidade do Porto permite identificar, quanto à sua *situação*, um conjunto diferenciado de *modelos de espacialização* a que correspondem períodos de instalação, programas e modos de vida distintos. No seu conjunto, estas estruturas conventuais marcarão indelevelmente a paisagem e a imagem da

³³ «A riqueza de significados do topónimo do local — Carvalhos do Monte — permite-nos também relacionar os Mendicantes, sobretudo a sua componente feminina, com o movimento eremita; na Idade Média quer a floresta quer o monte serão associados ao deserto». AFONSO, 2008.

³⁴ «Memória mandada fazer pela Abadessa Dona Ana de Oliveira, ...» *apud* FERNANDES, 1992: 30.

³⁵ Sobre características da localização, cf. NOVAES, 1913: 98-99 e REIS, 1999: IV, 165.

³⁶ FERNANDES, 1993: 256-257.

cidade do Porto, organizando-se como se desenhasses um eixo que a atravessa e pontua de poente a nascente. Para quem se aproximava subindo o rio, ou vindo de sul, anunciavam a presença da «família» franciscana nas suas múltiplas manifestações. Esta seria de facto a vista fundamental, aquela que permitia abarcar a cidade como um todo e que interessaria reforçar. Hoje, é ainda reveladora: em ruínas ou fortemente alteradas, as edificações remanescentes de Santo António do Vale da Piedade e de Madre de Deus de Monchique marcam (ainda) a ‘porta’ fluvial da cidade; igualmente, por entre as (novas) construções da frente do rio, emerge a fachada da Igreja de São Francisco, iniciando um eixo visual em direcção à Sé que, no cimo do morro, domina a perspectiva. Na continuidade desse eixo vislumbra-se Santa Clara. Após a instalação do Convento capucho de Santo António da Cidade no extremo oriental da cidade, esta composição seria definitivamente reforçada: entre as várias estruturas conventuais estabelecidas até ao final do século XVIII no Porto, o universo franciscano evidenciava-se, marcando o centro e os limites urbanos de uma cidade em expansão.

2. OS DESTINOS APÓS A EXTINÇÃO

No início do século XIX o percurso das comunidades religiosas regulares será influenciado pelos acontecimentos que marcam a história da cidade e do país: as Invasões Francesas no início do século XIX, a Revolução de 1820 e a Guerra Civil que dividiu o país no início da década de 1830. A dimensão e as posições (urbanas) dos conjuntos conventuais, estratégicas e diferenciadas no tecido e forma da cidade, conduzirão também ao seu envolvimento nas acções militares. Ocupados e saqueados durante as invasões serão profundamente afectados durante o assédio à cidade: incendiados, abandonados, devastados, alguns foram, entretanto, suprimidos. Após a vitória liberal e a extinção das ordens religiosas, em 1834, seriam, com excepção dos conventos femininos (nomeadamente aqueles cuja população o justificasse), integrados nos usos civis.

2.1. Do Real Convento de São Francisco do Porto ao edifício da Associação Comercial, e às transformações urbanísticas do novo centro urbano

Configurando simultaneamente um *espaço de entrada* e um *espaço central* no tecido intramuros, a *dupla condição* da posição urbana deste convento seria determinante no seu destino futuro: a posição de *centralidade* que detinha advinha-lhe, por um lado, da relação de proximidade com a Rua Nova (dos Ingleses) — que se tinha tornado o principal lugar de reunião dos comerciantes portuenses e espaço de negócios ‘ao ar livre’ — e, por outro, da condição de contiguidade que possuía com o Convento de São Domingos. Da união espacial das cercas dos dois conventos resultara a presença

de uma extensa área amortizada no interior do núcleo medieval, estendendo-se da Rua Nova até aos ‘Arcos’ de São Domingos, ou seja, uma vasta extensão de terreno intocável que, numa cidade de topografia difícil e vias tortuosas, dificultava a comunicação entre as várias cotas a que a cidade se desenvolvia. Numa perspectiva de desenvolvimento comercial e de progresso urbano esta circunstância configurava-se como um obstáculo e uma dificuldade a ultrapassar de acordo com as novas concepções de cidade que então se faziam anunciar. Entretanto, a posição de *espaço de entrada* que desempenhava — possibilitada pela relação privilegiada que detinha quer com o Douro quer com a Porta Nobre — assegurava-lhe um papel activo no controle das chegadas e entradas na cidade e, simultaneamente, um papel de mediador entre a antiga Alfândega Real, situada no interior urbano, e as actividades portuárias que se desenvolviam fora de portas, nomeadamente, nos novos cais fluviais ampliados para ocidente no século XVIII.

Decorrente desta *dupla condição* e das relações que (im)possibilitava com o contexto envolvente, o conjunto mendicante seria considerado como espaço a transformar, integrando o projecto *Exemplos demonstrativos sobre o mais próprio, e económico local, para uma Nova Alfandega, de que se carece nesta cidade do Porto [...]*³⁷, apresentado em 1822. A proposta, desenvolvida no contexto político-ideológico da Revolução Liberal de 1820, deixava (já) antever a possibilidade de uma profunda reformulação do centro da cidade intramuros. Após a extinção das ordens religiosas, e já em ruína pelo incêndio de que fora alvo em 1833 quando o Porto se encontrava sitiado, a proximidade com a Rua Nova constituiria condição determinante no novo uso funcional do convento, tendo sido escolhido, por Ferreira Borges, como o local adequado para instalação do Tribunal do Comércio e local da *praça comercial*³⁸. A preferência pelo convento franciscano deve-se, essencialmente, às características da sua localização: no centro da vida de negócios da cidade, próximo da actividade comercial que se desenvolvia a partir do porto fluvial e próximo também da nova ponte pênsil, entrada da cidade que permitia fazer por terra a ligação à margem sul. No fundamental, as mesmas razões que tinham orientado outrora a implantação da comunidade mendicante. Evidenciando o *valor de posição* do Convento de São Francisco, a substituição do arruinado convento pelo novo Palácio do Comércio e a destruição das cercas conventuais para abertura de novas ruas, originou uma profunda alteração na malha urbana do centro da cidade intramuros, impondo-se como elemento estruturante no ordenamento espacial. São vários os projectos que entre 1835 e 1881 *desenharam* este espaço³⁹, permitindo materializar o ideal de uma cidade

³⁷ TAVARES, 1995: 11-29.

³⁸ Cf. NONELL, 2002.

³⁹ A partir de documentação do AHMP, destacaremos alguns: abertura da Rua Ferreira Borges (1835/38), com proposta de alçados (1838) e alteração ao traçado da rua, para evitar demolir a cabeceira da Igreja da São Francisco (1838), como

aberta e higiénica num espaço de raiz medieval. A condição de disponibilidade das cercas permitia agora também a concretização de acções mais radicais de emenda da circulação da cidade.

Tendo como símbolo o novo edifício afirma-se, simultaneamente, uma «ideia de cidade vista como espaço teoricamente homogéneo, estruturado por uma rede de espaços de uso público (ruas e praças) de onde emergem os edifícios públicos, sede das instituições e poderes em torno dos quais se organiza a vida urbana»⁴⁰. Se, por um lado, se alterou radicalmente a ideia de cidade que está na origem da transformação, por outro, mantêm-se laços indeléveis com os atributos (e as qualidades do lugar) da presença original, revelando a continuidade de permanências e persistências superestruturais. No essencial verificamos que se alterou a representação da anterior *presencialidade* exprimindo-se agora de outro modo, o que fora já, anteriormente, *desocultado*.

2.2. Do Convento de Santo António da Cidade à Real Biblioteca Pública, a criação de um novo pólo de desenvolvimento urbano

Com um desenvolvimento menos eloquente mas não menos sugestivo, podemos detectar no processo de alteração que envolveu a instalação da Real Biblioteca Pública Portuense no Convento de Santo António da Cidade parâmetros orientadores idênticos: de facto, é também a *dupla condição* urbana deste convento — localizado em situação urbana limítrofe, mas, ao mesmo tempo, capaz de se tornar *central* numa área que então se desenvolvia ‘fora de portas’ ao longo do planalto nascente e em articulação com a estrada de ligação para o interior — que caracteriza o *valor de posição* desta estrutura conventual, permitindo-lhe desempenhar um novo papel urbano como pólo determinante na nova configuração de uma cidade que se expandia, articulando novos centro(s) e pólos estruturadores. Numa situação topográfica estável e precedido por um amplo espaço livre, este foi o local escolhido para, no ainda incompleto edifício do convento, se instalar a Real Biblioteca Pública Portuense a que se associaria o Museu de Pinturas e Estampas. O edifício do convento foi objecto de projectos de transformação e nova imagem: civil e laica para receber o museu e a biblioteca onde se reunirão, entre outros, os livros dos extintos conventos. A cedência do edifício abandonado à Câmara do Porto incluía a condição de nele se

se debatia em França pela pena de Victor Hugo; alteração do Convento de São Francisco e desenho do alçado da Bolsa (1841); construção da ponte pênsil (1842); proposta de um mercado descoberto ou praça na cerca de S. Domingos (1845); abertura da Rua D. Fernando, considerando a sua continuação para poente, onde se localizará a nova alfândega (1846); abertura da Rua Nova da Alfândega e envolvente (1856/1860/1890); alteração da Rua das Cangostas e proposta de loteamento da cerca de S. Domingos. Abertura da praça frontal ao Palácio (1881); abertura da Rua Mouzinho da Silveira (1875); construção de Mercado coberto (1885). Reflectem hesitações, recuos e avanços, mas sobretudo os desígnios que orientaram o processo. Sobre a síntese «gráfica» deste processo *vd.* CASANOVA, 2016: vol. II.

⁴⁰ NONELL, 2002: 359.

estabelecerem «as aulas de Bellas Artes e Atheneu Portuense». Aí se projecta também a instalação da Academia Portuense de Belas-Artes.

A conjugação entre novos programas e a renovação dos espaços adjacentes permitirão afirmar a criação de um novo pólo na cidade, implementando o alargamento e rasgamento de novas ruas e ajudando a estruturar o lado oriental da expansão urbana⁴¹. Quer por se conjugar com a renovação do espaço envolvente quer ainda por, como novo elemento de representação civil, justificar a alteração dos alçados exteriores, alterando-lhes a escala e representação simbólica, o processo do Convento de Santo António da Cidade é exemplar de uma tipologia de intervenções nos espaços conventuais caracterizada por situações em que a nova função do edifício é o elemento-chave que potencia a transformação do contexto envolvente, de acordo com a construção de um lugar com novos significantes.

O que se deseja aqui destacar é a relação entre as características iniciais da *situação* do convento com o seu desenvolvimento posterior, ou seja, as potencialidades morfológicas da *preexistência*, que lhe permitiram adquirir um novo significado na estrutura geral da cidade que se expandia. Situado no planalto nascente da cidade, a sua *posição* dialogava com o planalto ocidental, onde se situavam não só os conventos de Nossa Senhora do Carmo e de São José das Carmelitas, mas também o Colégio dos Órfãos, o Hospital da Misericórdia e a Academia. Estes dois planaltos configuram duas *unidades de paisagem* em diálogo. O equilíbrio entre estas duas unidades paisagísticas revelou-se decisivo na organização e estruturação dos novos pólos urbanos — apoiados pela instalação de novos equipamentos. A defesa (atribuída a Costa Lima)⁴², da instalação «do que pertencer às Bellas Artes» em São Lázaro e «tudo o que diz respeito às Ciências» no planalto ocidental (como se de duas *colinas* se tratasse), revela uma visão global na interpretação da morfologia da cidade e do conjunto dos seus equipamentos e edifícios existentes. Mas, sobretudo, confirma também a constituição/integração da rede conventual como um *sistema* capaz de intervir nos processos de formação e transformação da cidade.

2.3. Os conventos de Santo António do Vale da Piedade e Madre de Deus de Monchique: integração nas actividades mercantis e industriais

Situados a ocidente do núcleo urbano e implantados frente a frente num ponto em que as margens se aproximam, os conventos do Vale da Piedade e de Monchique configuram, como anteriormente referido, uma ‘posição avançada’ capaz de antever os movimentos de entrada na barra do Douro.

⁴¹ NONELL, 2002: 373-377. Sobre a síntese «gráfica» de projectos e planos, *vd.* CASANOVA, 2016: vol. II.

⁴² NONELL, 2002: 356-357.

No caso de Santo António do Vale da Piedade, a *localização* seria determinante no destino futuro do convento: ocupado pelas tropas absolutistas, a disputa pela posse de uma posição estratégica — capaz de observar simultaneamente a entrada na barra, a ocidente, e o(s) movimento(s) do porto, a oriente — conduziu ao seu incêndio. Abandonado no final do conflito armado, encontrava-se em ruína no momento da extinção. A localização periurbana e o facto de se encontrar parcialmente destruído justificam que não tenha sido requisitado pelos serviços do Estado, e explicam a opção pela venda em hasta pública e as alterações de que foi alvo para adaptação a habitação particular. Por outro lado, as características do espaço da cerca — localização, desenvolvimento em relação ao vale, orientação, presença de água, dimensão, relação com o novo espaço residencial — propiciaram a sua continuidade enquanto espaço agrícola produtivo.

Entretanto, também o destino de Monchique seria precipitado pelo *valor de posição* urbana que detinha. Nas primeiras décadas do século XIX, imediatamente a seguir à Revolução Liberal, o convento integra também o referido projecto *Exemplos demonstrativos sobre o mais próprio, e económico local, para uma Nova Alfandega*, [...], sendo apresentado, a par de São Francisco e de São Domingos, como uma das hipóteses alternativas a considerar. Além do movimento alfandegário que se desenvolvia nas imediações, destaca-se ainda o comércio do vinho do Porto como factor influenciador nos usos funcionais das estruturas pertencentes ao convento (como o arrendamento dos armazéns setecentistas à Companhia Geral do Vinho do Porto). Simultaneamente, a posição periférica, mas avançada, da propriedade conventual, propiciou o envolvimento nas acções militares decorrentes do cerco da cidade, potenciando o seu uso como «Armazém de Guerra», em 1833.

Mais tarde, após terem sido vendidos em hasta pública, a *condição* de afastamento em relação ao núcleo urbano, e de proximidade com o rio, trará novas consequências nos usos funcionais destes dois espaços conventuais observantes, comprovando a influência das qualidades do *sítio* em interligação com as dinâmicas geradas nos contextos próximos: na margem sul, a vizinhança das actividades industriais ligadas ao comércio do vinho do Porto estimularam a instalação de uma fábrica de *Destilaria* em parte da cerca do extinto Convento de Santo de António; por seu lado, na margem norte, a ocupação do conjunto conventual de Monchique por múltiplas unidades industriais⁴³ seguiu a tendência (e a influência) das actividades — quer comerciais quer industriais — geradas neste contexto particular, evidenciando a periferia e o rio (simultaneamente acesso, matéria-prima, força motriz e facilitador de despejo de excedentes) como factor, parâmetro e condição de instalação da indústria que se desenvolvia na cidade desde os finais do século XVIII.

⁴³ Cf. REBELO, 2001.

2.4. Do Real Convento de Santa Clara: a prisão

Localizado num ponto alto e inacessível, encravado contra o penhasco e limitado pela muralha, o Convento de Santa Clara permaneceu até à data da morte da última freira em 1900 nas mãos da comunidade religiosa. Situado próximo da saída da cidade para nascente e adjacente à embocadura da nova ponte Luís I entretanto construída (1880-1888), o local vinha sendo ‘apetecido’: a substituição da ponte pênsil, à cota baixa, pela construção de uma ponte que permitia o acesso à cidade quer à cota baixa quer à cota alta — viera expor novos problemas urbanos a resolver. O Plano de Melhoramentos de que a cidade fora objecto no final do século XIX⁴⁴, evidenciava já o local de Santa Clara como hipótese de resolução da chegada do novo tabuleiro e alternativa de ligação viária para o lado nascente da cidade. Logo após a morte da última freira não só foi iniciado o processo para definição do uso funcional do edifício, como se desenvolveram projectos propondo a abertura de uma rua que atravessava o conjunto conventual, abrindo um profundo corte na cerca e em parte do edificado, no sentido E-W⁴⁵. Contudo, as difíceis características topográficas não permitiriam que as hipóteses de transformação urbana colocadas se concretizassem como projectadas. E, apenas no século XX, depois de múltiplos projectos viários de articulação da chegada do tabuleiro da ponte Luís I com o contexto envolvente, a solução encontrada teria algum impacto, muito circunstancial, no conjunto conventual de Santa Clara. Por outro lado, mais uma vez as características de isolamento e inacessibilidade revelar-se-iam influenciadoras na orientação dos usos funcionais e posterior destino dos diversos espaços: à requisição do edifício para «casa de detenção» ou «aljube»⁴⁶, associou-se-lhe ainda, entre outros usos, a pretensão/ocupação de parte da cerca para construção de um «Hospital de toleradas», lugar de inspecção e tratamento de «mulheres clandestinas»⁴⁷, aproveitando, segundo uma outra perspectiva, as condições naturais de isolamento e a capacidade de ‘não ser visto’.

CONCLUSÃO

Nas cidades europeias, as funções religiosas assumiram um papel decisivo no desenvolvimento urbano, marcando visualmente o seu espaço e território. Do mesmo modo, no Porto, burgo de origem episcopal, as comunidades religiosas desempenharam um papel fundamental na organização do espaço urbano. Nas estratégias de implantação

⁴⁴ Plano de Melhoramentos apresentado à Câmara Municipal em 1881, por Correa de Barros.

⁴⁵ *Plantas do arruamento próximo do Convento de Santa Clara*, 18 de Maio de 1900, ANTT. *Convento de Santa Clara do Porto*, cx. 2024, cp. 6.

⁴⁶ Autorizado por despacho ministerial em 12 de Março de 1901, o processo das obras alongou-se encontrando-se ainda activo em 2014. ANTT. *Convento de Santa Clara do Porto*, cx. 2023, past. IV/A/9(13).

⁴⁷ Sobre o processo do «Hospital de Toleradas», *vd.* documentos e correspondência entre os anos de 1914 e de 1916. ANTT. *Convento de Santa Clara do Porto*, cx. 2023 e cx. 2024.

destas casas privilegiaram-se os pontos morfológicos excepcionais, tais como a proximidade de acessos e caminhos, portas da muralha, articulações e lugares centrais, reforçando os pontos de referência da cidade onde frequentemente convergem funções religiosas e funções económicas, como é exemplo o estabelecimento de praças e mercados, ou ainda funções políticas. Ou seja, os «pontos quentes» ou «aceleradores de vida urbana» que Le Goff identifica na cidade medieval⁴⁸.

No final do século XVIII, os conventos marcavam profundamente a forma e a imagem da cidade do Porto. Nas acções que envolvem as unidades conventuais franciscanas no início do século XIX ou nos vários usos funcionais de que foram objecto após a extinção, verificamos que os atributos que outrora tinham orientado as preferências e a escolha do lugar de instalação de cada comunidade, parecem manter-se ainda como orientadoras dos seus novos usos. Observada, no tempo longo, a questão da *posição* que as ordens religiosas ocupavam na estrutura urbana no momento da sua extinção e o *valor* que essa *posição* possuía para a(s) dinâmica(s) do desenvolvimento urbano que se fizeram sentir ao longo do século XIX, pode concluir-se que essa qualidade — *valor de posição* —, contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento da cidade. Evidenciando a topografia como ‘elemento de desenho’ da cidade⁴⁹ e comprovando o papel desempenhado por signos concretos do espaço, os lugares onde se localizaram e implantaram influentes ordens religiosas emergem como elementos de referência conceptual da cidade, actuando como estruturantes urbanos que, nas suas dimensões física, simbólica, cultural e social, adquirem novos significados, determinantes na transformação futura. A leitura e interpretação dos destinos das estruturas conventuais, e destes lugares, deverão, portanto, ser entendidas/percebidas no âmbito das possibilidades latentes de cada localização e das qualidades inerentes à(s) preexistência(s), potenciando, mesmo quando destruídas, conjunturas de continuidade e «permanência».

A integração das estruturas conventuais neste processo confirma a constituição da rede conventual como *sistema* interventivo nos processos de formação (e desenvolvimento) urbana, evidenciando a importância (e a necessidade) do aprofundamento do seu contributo na formação da cidade contemporânea.

⁴⁸ LE GOFF, 1980: 224-225.

⁴⁹ A relação da cidade com a sua precedência física, a forma do local em que se implanta, revela-se fundamental para a sua interpretação, já que a escolha do sítio irá determinar o ordenamento futuro da cidade, orientando e inserindo o desenvolvimento do «plano urbano» na forma topográfica. Cf. OLIVEIRA, 1973. A «memória topográfica» das cidades é também um tema evidenciado por Jacques Le Goff, a propósito do local de implantação dos edifícios religiosos. LE GOFF, 1980: 183-340.

FONTES GRÁFICAS E ARQUIVISTAS

Arquivo Distrital do Porto

ADP. *Comissão Administrativa dos Bens dos Conventos Extintos*. PT/ADPRT/AC/CABC/001/000, PT/ADPRT/AC/CABC/002/0004.

ADP. *Diário da Comissão Administrativa dos Conventos Extintos ou Abandonados da Província do Douro*. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-A/045/4835

ADP. *Livro Mestre da Comissão* (Lv. 47). PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-A/045/4836.

Arquivo Histórico Municipal do Porto

BALCK, George (1813). *Cidade do Porto* [«Planta Redonda»]. Dedicada ao Brigadeiro Nicolau Trant. PT-CMP-AM/COL/CDTA/D.CDT.B2.1.

MALDONADO, Teodoro de Sousa (1789). *C.de do Porto* [Gravura]. AHMP: D/PIN-b-30.

Arquivo Nacional Torre do Tombo

ANTT. *Convento da Madre Deus de Monchique*, cx. 2246, inv. n.º 329.

ANTT. *Convento de Santa Clara do Porto*, cx. 2023, 2024, inv. n.º IV/A/10 (11-36).

ANTT. *Convento de Santo António do Porto*, cx. 2246, inv. n.º 322, lv. 1.º

ANTT. *Convento de Santo António do Vale da Piedade*, cx. 2262, inv. n.º 428.

ANTT. *Convento de São Francisco do Porto*, cx. 2246, inv. n.º 321.

ANTT. *Lista de vendas dos bens nacionais*, MFF-908, MFF-909, MFF-910.

ANTT. *Livro de Requisições*, MFF-Lv. 7642, MFF-Lv. 7643.

Sobre os projectos e planos previstos e/ou executados nas áreas dos conventos franciscanos, foram consultadas diversas séries documentais no Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), nomeadamente: *Livros de Plantas; Estudos (da Carta da Cidade) e Projectos; Licenças de Obras; Livros de Próprias; Livros de Requerimentos; Livro de Sessões, Requerimentos e Obras Públicas; Livros de Vereações; Livro de Vistorias; Plantas Gerais do Porto*.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, José Ferrão (2008). *A imagem tem que saltar, ou o rebate dos signos. A cidade episcopal e o Porto intramuros no Século XVI*. Barcelona: Universitat Politècnica da Catalunya. Tese de doutoramento.

ALVES, Jorge Fernandes (2010). *A cidade à estabilização do regime: cidade transformada e rebelde*. Matosinhos: QuidNovi. (História do Porto; 10).

AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. (2000). *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. 3 vols.

CASANOVA, Maria José (2016). *A extinção das ordens religiosas e os conventos do Porto: transformação, ruptura e continuidade*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Tese de doutoramento. 2 vols.

COSTA, Agostinho Rebelo da (2001 [1789]). *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Frenesi.

DUARTE, Teresa Cristina Pereira (2006). *Mosteiros Medievais de Clarissas em Portugal*. Évora: Universidade de Évora. Dissertação de mestrado.

- ESPERANÇA, Frei Manuel da, O.F.M. (1656-1721). *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal* [...]. Lisboa: na Officina Craesbeeckiana. [Consult. 10 jul. 2016]. Disponível em <<http://purl.pt/20706>>.
- FERNANDES, Maria Eugénia Matos (1989). *Século e Clausura no Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do século XIX*. In SOUSA, Fernando de et al., org. *O Porto na Época Contemporânea*. Porto: Ateneu Comercial do Porto pp. ?? .
- FERNANDES, Maria Eugénia Matos (1992). *O mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do séc. XVIII (1730-80)*. Porto: Arquivo Histórico.
- FERNANDES, Maria Eugénia Matos (1993). *Os últimos dias de Monchique*. «Revista da Faculdade de Letras – História». II Série. 10, 245-270. [Consult. 5 jul. 2016]. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2240.pdf>> .
- FIGUEIREDO, Ana Paula Valente (2008). *Os Conventos Franciscanos da Real Província da Conceição*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.
- FRANCO, José Eduardo, dir. (2010). *Dicionário Histórico das ordens: institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- GUIDONI, Enrico (1989). *Storia dell'urbanistica*. Roma; Bari: Ed. Laterza. Vol. II Duocento.
- INTRODUÇÃO geral aos escritos de Santa Clara. [s.d.]. [Consult. 12 mai. 2023]. Disponível em <https://www.capuchinhos.org/images/franciscanismo/santa_clara_assis/fontes/escritos_1_regra.pdf>.
- JORGE, Ana Maria et al., coord. (2000). *Porto*. In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, P-V, pp. 5-50.
- LE GOFF, Jacques (1968). *Apostolat mendiant et fait urbain dans la France médiévale : l'implantation des ordres mendiants. Programme-questionnaire pour une enquête*. «Annales. Économies, Sociétés, Civilisations». 23^e Année. 2 (mars-avril) 335-352. [Consult. 12 abr. 2013]. Disponível em <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1968_num_23_2_421913>.
- LE GOFF, Jacques (1970). *État de l'enquête*. «Annales. Économies, Sociétés, Civilisations». 25^e Année. 4 (juillet-août) 924-946. [Consult. 12 abr. 2013]. Disponível em <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395_2649_1970_num_25_4_422333>.
- LE GOFF, Jacques (1980). *Lapogée de la France urbaine médiévale*. In DUBY, Georges, dir. *Histoire de la France urbaine*. Paris: Ed. Seuil, pp. 183-340. Vol. 2: *La ville médiévale*.
- MEIRELES, Maria Adelaide (1992). *Cronologia*. In PORTO. Biblioteca Pública Municipal. *O Convento de Santo António da Cidade. Exposição no 150º aniversário da instalação definitiva e da abertura oficial da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto, pp. 12-17.
- MERLIN, Pierre, ed. (1988). *Morphologie urbaine et parcellaire*. Saint-Dennis: Presses Universitaires Vincennes.
- MONFORTE, Frei Manuel de (1751). *Chronica da Provincia da Piedade* [...]. Lisboa: na Officina de Miguel Manescal da Costa. [Consult. 18 jun. 2016]. Disponível em <<https://archive.org/stream/chronicadaprovin00manu#page/n9/mode/2up>>.
- NONELL, Anni Günther (2002). *Porto, 1763/1852: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto: FAUP.
- NONELL, Anni Günther; TAVARES, Rui (1994). *Oporto, 1833-1872*. In GUÀRDIA, Manuel, dir. *Atlas histórico da ciudades europeas*. Barcelona: Salvat, pp. 128-154. Vol. I: *Península Ibérica*.
- NOVAES, Manuel Pereira de (1913). *Anacrisis Historial*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, vol. II.
- OLIVEIRA, J. M. Pereira de (1973). *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*. Coimbra: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Geográficos.
- RAMOS, Luís de Oliveira, dir. (1994). *História do Porto*. Porto: Porto Editora.

- REAL, Manuel; TAVARES, Rui (1987). *Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto*. «Povos e Culturas». 2, ??-??..
- REBELO, Elvira (2001). *Da clausura ao século. O destino de dois espaços conventuais do Porto. Materialidade, memória e património*. Porto: FLUP. Dissertação de mestrado.
- [REGRA DE SANTA CLARA] [Manuscrito]. (século XIII). [Consult. 12 mai. 2023]. UCFL-Cofre-CD-4_0011_4_t0. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10316.2/69776>>.
- REIS, Henrique Duarte e Sousa (1999 [1865]). *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*. Porto: Biblioteca Municipal do Porto. (Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto; II série; III; IV).
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir. (2005). *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento. Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- TAVARES, Rui (1995). *A Alfândega Nova do Porto: Projectos e Realidades*. In *Alfândega Nova. O Sítio e o Signo / The Site and the Sign*. Porto: Museu dos Transportes e Comunicações, pp. 11-29.
- XAVIER, António Manuel (2004). *Das cercas dos Conventos Capuchos da província da Piedade*. Évora: Casa do Sul; Centro de História da Arte da Universidade de Évora.